

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DAS FALAS DOS ALUNOS<sup>237</sup>

*Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho* (UENF)

[francinepinho@hotmail.com](mailto:francinepinho@hotmail.com)

*Silvia Alicia Martínez* (UENF)

[silvia-martinez@hotmail.com](mailto:silvia-martinez@hotmail.com)

### RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como merenda escolar, é uma política educacional iniciada na década de 1950. Apesar de esforços teóricos advindos com sua descentralização em 1993, continua com um cunho assistencialista, prevendo principalmente que sejam atendidos os alunos carentes socioeconomicamente. Desta forma, este estudo pretendeu perceber, através das falas dos alunos, quais representações sociais (MOSCOVICI, 2011) poderiam estar vinculadas a esta refeição e como isto poderia afetar a adesão destes alunos ao programa. Foram realizadas entrevistas com alunos de uma escola pública considerada pelo senso comum como tendo uma merenda de ótima qualidade e que mesmo assim apresenta adesão abaixo do esperado nas diretrizes do programa.

**Palavras-chave:** Merenda escolar. Política educacional. Análise do discurso.

### 1. *Considerações iniciais*

**Não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade (MOSCOVICI, 2011, p. 219)**

Historicamente, a merenda escolar se manteve interligada à vulnerabilidade social. É constatado que desde a sua criação até as diretrizes atuais há uma preocupação do programa promotor da mesma (PNAE) em atribuir a esta refeição o papel de suplementação nutricional, principalmente àqueles alunos que são carentes do ponto de vista socioeconômico.

Atualmente o programa pretende ter um caráter universal, propondo o direito de todos os alunos a esta refeição. Mas o que se pode perceber pelos estudos, realizados pelo Brasil, é uma adesão bastante aquém do preconizado pelos órgãos responsáveis pelo PNAE. Estes estudos apontam que o maior percentual de crianças que adere ao programa são crianças filhas de pais com menor escolaridade, com menor renda *per*

---

<sup>237</sup> Este projeto de pesquisa tem financiamento pela CAPES.

capita e as crianças de menor idade.

Diante destas considerações, foram levantadas as seguintes questões as quais alicerçaram este estudo: Qual a representação social da merenda escolar para os atores envolvidos com ela? Será que a trajetória assistencialista e focalizada na vulnerabilidade social pode trazer ecos para a adesão dos alunos à merenda escolar?

Este trabalho de caráter qualitativo pretendeu entender as representações sociais da merenda escolar através das falas dos alunos de uma escola pública. Podemos entendê-la por este meio, já que através da narrativa podemos ver espelhados o aprendizado e a simbologia de um dado conceito (Cf. MOSCOVICI, 2011).

Com estes relatos procurou-se entender a percepção dos alunos sobre a merenda escolar. Parte-se da ideia de que as representações sociais são uma forma de combinar “nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm a nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém” (MOSCOVICI, 2011, p. 201). Neste sentido o uso de entrevistas pode trazer um panorama das realidades do ponto de vista dos envolvidos com a merenda. Pois, como nos lembra Vergara (2009, p. 5), as entrevistas

têm utilidade quando se busca captar o dito e o não dito, os significados, os sentimentos, a realidade experimentada pelo entrevistado, as reações, os gestos, o tom e o ritmo da voz, hesitações, assertividades, enfim, a subjetividade inerente a todo ser humano.

## **2. Contextualizando a merenda**

A merenda escolar foi criada oficialmente pelo governo federal brasileiro em 1955, como Campanha de Merenda Escolar, e desde então passou por inúmeras modificações de gestão, organização e também na sua nomenclatura, a qual desde 1979 é chamada de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua trajetória sócio-histórica é marcada por discontinuidades, insuficiência de insumos alimentares para os alunos, desajustes dos hábitos alimentares das diversas regiões brasileiras e por escândalos envolvendo desvios de verbas (BEZERRA, 2009).

O fio condutor que motivou este estudo foi perceber ao longo da trajetória sócio-histórica desta política educacional que havia uma preocupação, por parte dos órgãos responsáveis pela mesma, em que esta alimentação pudesse reforçar a saúde nutricional dos alunos. Esta preo-

cupação é retratada nas diretrizes do programa as quais afirmam a merenda escolar como forma de combate às carências nutricionais das crianças frequentadoras da escola pública até a regulamentação atual.

A partir desta observação se percebe uma associação entre esta refeição e sua função de combater carências. Assim, sugere-se que possa haver uma representação, por parte dos atores envolvidos com a merenda, que refletiria uma destinação desta alimentação para as crianças carentes.

O que se procurou entender nas falas dos alunos é como a merenda escolar é representada por eles e se a observação condutora do estudo poderia ser ouvida nas suas ideias.

Levando-se em conta este panorama, o texto propõe um entendimento sobre o funcionamento do PNAE a partir de seu contexto de descentralização e sua característica atual no intuito de construir o arcabouço da representação referida. Considerando a ideia de que o passado é formado de uma complexa rede de simbologias e rituais, como apontam Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2012) na obra *A Invenção das Tradições*, e as propostas de Serge Moscovici (2011) de representações sociais advindas de concepções anteriormente concebidas, a pesquisa da trajetória histórica da merenda escolar no Brasil se fez mister no entendimento da problematização deste estudo.

### **3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua descentralização**

Como a própria dinâmica histórica do Estado brasileiro em boa parte da segunda metade do século XX, o PNAE manteve-se centralizado desde a sua criação oficial em 1955 até 1993. Tal modelo trazia inconvenientes tais como o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados.

Esta centralização na visão de Mariza Abreu (1995) foi razão de um “desrespeito aos hábitos alimentares regionais, com a introdução dos mesmos produtos formulados em todo o País” além de possibilitar o favorecimento aos “grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos produtores, com corrupção e desvios de verbas” (ABREU, 1995, p. 26).

Assim como as políticas públicas existentes no país no mesmo período histórico, o PNAE sofria de dificuldades de gestão e real distribuição e fiscalização da merenda escolar servida. Isto gerou alguns esforços de descentralização no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para Caldas e Ávila (2013) “os inconvenientes de uma política centralizada eram muitos, desde logísticos relacionados com dificuldades em armazenar e distribuir os gêneros alimentícios, até culturais relacionados às diferenças de hábitos alimentares locais” (CALDAS & ÁVILA, 2013, p. 67).

Em meados da década de 1980, para que a merenda escolar contivesse alimentos que pudessem ser de melhor aceitação dos alunos já se discutia a necessidade de ter uma diferenciação entre os complementos alimentares da merenda-base<sup>238</sup> – os quais já eram distribuídos em algumas regiões – para tentar satisfazer hábitos e necessidades nutricionais dependendo de cada região brasileira atendida. Os cardápios já se mostravam diferentes em cada região. Porém estas iniciativas não significaram uma efetivação do respeito aos hábitos alimentares regionais e os relatos documentais mostram que estes aspectos ressaltados sobre os hábitos alimentares não eram respeitados na prática (STEFANINI, 1997).

Com a promulgação da Constituição de 1988 o direito à alimentação escolar é assegurado como direito do cidadão e então o programa passa a desfrutar de maior interesse político e maiores investimentos financeiros. Bezerra (2003, p. 458) afirma que o período que precede à descentralização completa do PNAE (em 1994), foi marcado por vários escândalos de desvios de verbas e “licitações duvidosas” que aliados aos problemas que o programa já enfrentava, tornou o PNAE bastante desgastado.

A descentralização do PNAE ocorre com a Lei nº 8913 de 12 de julho de 1994 e então começa uma fase distinta do programa.

---

<sup>238</sup> Merenda-base era o nome dado aos alimentos pertencentes ao cardápio básico no país todo como por exemplo arroz, leite em pó e macarrão. Os alimentos chamados complementos são aqueles próprios da região e que seriam então diferentes respeitando os hábitos regionais.

#### **4. A merenda escolar sob a responsabilidade das unidades executoras<sup>239</sup>**

A lei nº 8913 de 1994 (que foi revogada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) definia que os estados e municípios passariam a ser responsáveis pelo Programa; que o cardápio deveria ser realizado e acompanhado por um nutricionista, o qual seria o responsável técnico pela execução da merenda; que deveriam se respeitar os hábitos alimentares locais e que se formariam os Conselhos de Alimentação Escolar, órgãos formados por representantes dos gestores e da sociedade, com a função de fiscalização financeira e executiva da merenda escolar.

A proposta da Lei nº 8.913/1994, de descentralização do PNAE, propunha um oferecimento de 15 a 20% das necessidades nutricionais diárias das crianças em idade escolar, oferecendo um total de 350 Kcal e 9g de proteína por refeição. Diferentemente do que preconiza a Lei nº 11.947 de 2009, em vigor, que não determina mais a quantidade proteico-calórica a ser oferecida<sup>240</sup>, mas somente menciona a necessidade de cobrir as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.

#### **5. A relação da merenda escolar com a vulnerabilidade social**

Apesar da variação apresentada pela oferta da merenda escolar em diferentes instituições escolares, como apontamos acima, a alimentação escolar respeita diretrizes que devem ser observadas para que ela possa ter seus objetivos colocados em prática. A legislação que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta seis diretrizes descritas abaixo:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

- I o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que

---

<sup>239</sup> Na lei 11.947/2009 os estados e municípios são chamados de unidade executoras, devido ao fato de serem as instâncias onde se realiza o oferecimento da merenda escolar.

<sup>240</sup> É importante ressaltar que mesmo cumprindo as necessidades proteico-calóricas de um escolar, não se tem garantia de cobrir as necessidades de vitaminas e minerais, pois estas últimas são cobertas por uma maior ingestão de alimentos variados e um cardápio mais completo do que é oferecido pela merenda escolar, mesmo nos dias atuais.

necessitam de atenção específica;

- II a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzido sem âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Mesmo preconizando na diretriz de número III a universalidade do atendimento aos alunos do ensino básico das escolas públicas, há uma preocupação em sugerir o uso da merenda escolar como uma das ferramentas para se atingir a segurança alimentar (no item II) daqueles alunos que apresentem alguma vulnerabilidade social. No entanto é necessário chamar a atenção para o fato de que o modelo mais presente na maioria das escolas brasileiras é de um período de permanência dos alunos de quatro horas somente. E, levando-se em conta que o conceito de segurança alimentar, segundo Walter Belik (2003) envolve três aspectos, a quantidade, a qualidade da alimentação e a regularidade de acesso à mesma, a merenda não cumpriria este papel.

Na maioria das escolas são oferecidas no máximo duas refeições aos alunos de cada turno. Não é possível garantir todas as necessidades proteico-calóricas e de micronutrientes com estas duas refeições, apesar de poder contribuir com as mesmas.

A preocupação aqui é observar como os meandros desta característica de associação entre a merenda escolar e a vulnerabilidade social podem estar presentes no cotidiano da escola estudada. A pesquisadora Mariza Abreu (1995) coloca um questionamento que parece ser adequado para se pensar esta relação: “Em que medida a política pública de ali-

mentação escolar pode superar o caráter assistencialista de “merenda para alunos carentes” e se constituir em garantia do direito de todos a uma alimentação adequada?” (ABREU, 1995, p. 6).

Mariza Abreu aponta o momento em que o PNAE mudava de perfil, tornando-se descentralizado, mas reflete os achados em estudos mais recentes sobre a maior participação dos alunos com perfil socioeconômico carente no programa.

Não se pode esquecer que o Programa Nacional de Alimentação Escolar constitui uma política social de importância fundamental para o desenvolvimento cognitivo, já que, como aponta Ricardo Ceccim (1995), a fome, mais do que a desnutrição, prejudica a capacidade de aprender das crianças e a merenda escolar então pode servir “para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos” (CECCIM, 1995, p. 66).

## **6. A Merenda Escolar vista pelos alunos**

**Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo (MOSCOVICI, 2011, p. 216).**

Foram realizadas 21 entrevistas com alunos matriculados regularmente na escola estudada. Estes alunos tinham a idade<sup>241</sup> entre 11 e 13 anos e estavam cursando do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental, sendo 14 meninas e 07 meninos. Foram escolhidos ao acaso, em horário de aulas vagas. Optou-se por não entrevistá-los na fila de espera para servir a merenda porque não se queria entrevistar somente os alunos que aderem ao PNAE, mas que fossem entrevistados também aqueles que não merendam frequentemente.

A pesquisa não teve a intenção de generalizar as opiniões e como ressalta Gomes (2012), a análise de uma pesquisa qualitativa se preocupa principalmente com a “exploração do conjunto de opiniões e representações sociais” (GOMES, 2012, p. 79), pois não precisa abranger uma tota-

---

<sup>241</sup> A idade foi escolhida em função das referências de estudos citados neste trabalho, sendo em sua maioria realizado com crianças desta faixa etária.

lidade capaz de generalizar. Desta forma, focaliza-se na “dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características” sendo que “costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor” (Idem).

As crianças são os usuários foco do PNAE, já que a merenda escolar é voltada exclusivamente para elas. Não são contemplados neste programa os funcionários da escola, nem os docentes. Apesar disso, na escola estudada, havia o hábito comum de que todos merendassem. Este fato pode ser observado<sup>242</sup> em outros lugares e parece ser uma prática comum (BEZERRA, 2009).

Na análise das entrevistas, verificou-se que todas as crianças entrevistadas consideraram a merenda escolar oferecida na escola como sendo “saudável”, em contrapartida com a compra dos alimentos oferecidos nos vendedores ambulantes ou cantinas externas, onde disseram, unanimemente, haver alimentos prejudiciais para a saúde, mas com uma característica importante para este grupo: “é mais legal e divertido”.

Mesmo assim, com esta concepção da característica nutricional dos alimentos, 11 crianças relataram trazer ou comprar alimentos para consumirem no lugar da merenda oferecida gratuitamente na escola.

Procura-se então analisar este fato com a reflexão de Serge Moscovici (2011) sobre as representações sociais:

São sempre derivadas de elementos nucleares “pseudoconceptuais”: arquétipos de raciocínio comum ou “pré-concepções” estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (*long durée*), isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status* de imagens genéricas. Na verdade, é uma questão de *topoi*, isto é, de “locais” de senso comum onde elas encontram a fonte de desenvolvimento e os meios de se legitimar, pois esses “locais” estão ancorados no perceptível (cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (cultura e seus ritos, isto é, suas partes operativas na representação) (MOSCOVICI, 2011, p. 244).

O grupo relatou que sabia da característica nutricional de cada tipo de refeição, mas que sua ideia sobre o que estes alimentos representam se opunham a tal convicção.

---

<sup>242</sup> Na prática profissional da pesquisadora, observou-se que em várias escolas é hábito que outras pessoas, que não os alunos, merendem frequentemente.



O entendimento das crianças sobre a experiência de escolher a compra ou a decisão de levar o que comer pode indicar uma valorização desta “experiência ritualizada” (Idem), compartilhada pelos membros do mesmo grupo. Desta forma, pode-se contrapor pela ideia sugerida por eles de que a opção em comer na escola, gratuitamente, aparece mais vezes quando a criança não pode comprar merenda.

Quando questionadas sobre o direito em merenda na escola, todas responderam que era “direito de todos”, mas ao serem perguntadas sobre quem eles percebiam que merendava mais vezes na escola responderam: “As crianças que não podem comprar, merendam mais vezes aqui” (criança 5).

Continuando com a intenção de perceber a representação da merenda escolar como um suplemento nutricional para alunos mais carentes, perguntou-se as crianças sobre porque motivo eles achavam que algumas crianças não merendavam na escola as respostas<sup>243</sup> se seguiram corroborando a proposição:

“Eu acho que quem tem necessidade pra comprar comida, aí tem que comer.” Aquelas que têm condição, não sei, porque não “sente” vontade. Ou não quer. Ela pode escolher” (criança 20).

“Alguns falaram que têm nojo. Acho que têm outros que a mãe deles não deixa... outras falam que têm vergonha. Quem precisa, come mais, mas a criança que come tem que gostar pra comer, senão não come” (criança 5).

“Quem quiser comer, não é obrigatório. Se não puder comprar e quiser comer...” (criança 10).

Muitas crianças relataram a vergonha como sendo o motivo de não merendar na escola. Precisou-se questionar a respeito desta vergonha no sentido de entender a representação desta fala. Percebeu-se com este questionamento que esta fala é a que mais se aproxima de uma representação trazida pela ideia pré-concebida de que a merenda traz consigo as marcas de seu passado, ainda presente, assistencialista e focalizado nos alunos carentes também nos atores principais, os alunos.

“Acho que eles têm vergonha.

Muitos alunos aqui [apontando para o pátio da escola] têm vergonha de merendar. Eles ficam constrangidos. Eu mesma não gostava, tinha vergonha. Só parei quando começamos a andar com a Larissa.”

---

<sup>243</sup> Optou-se por usar a grafia fidedigna à fala das crianças entrevistadas. Sendo uma transcrição *ipis litteris* das falas.

Pesquisador: Você não gostava e tinha vergonha por quê?

“Ah, eu pensava que as pessoas iam pensar: Ah, ela merenda porque não tem dinheiro, não tem comida em casa e come na escola! Muitas crianças não almoçam na escola por causa disso.”

Pesquisador: Você acha que este pensamento agora saiu da sua cabeça? Depois que vocês começaram a andar com a Larissa você acha que merendar é um direito seu?

“Com certeza”. (criança 1)

Em outra fala percebemos que há o mesmo pensamento:

“Acho que eles têm vergonha.”

Eu: Por que eles têm vergonha?

“Sei lá. Têm vergonha de comer aqui.”

Eu: Você acha que eles pensam o que vão pensar deles por comer na escola?

“Sim.”

Eu: Então me diga como você acha que eles pensam.

“Acho que eles pensam: a pessoa não tem comida em casa e come na escola!”

Eu: Então você acha que existem alunos que pensam isso e por isso não vêm merendar?

“Isso mesmo! [riso].”

Eu pensava isso antes de sair com as meninas [aponta para o grupo], mas aí eu vi que não precisava ter vergonha”(criança 2)

No entendimento que poderia haver uma representação social da merenda como algo que é destinado a “quem não tem comida em casa”, isso talvez se justifique pela escassez de tal refeição (STEFANINI, 1997) no tempo de sua gestão centralizada. Sendo assim haveria uma memória – entendida como informações passadas conservadas pelos sujeitos (LE GOFF, 1996) – sobre a merenda, que atravessou as gerações. Proporcionando a esta refeição um perfil de escassez, antes real, atualmente não mais existente, que reflete uma simbologia de suplemento alimentar aos mais carentes socioeconomicamente.

## **7. Considerações finais**

Considerando os alunos como fruto de uma sociedade ávida em

consumir, um dos pontos percebidos de competição entre a oferta gratuita da merenda escolar e a compra de alimentos, foi a ideia de que comprar seria mais divertido. As crianças relataram a compra de alimentos, por meio do acesso a vendedores ambulantes, como algo “mais legal e divertido”. Ainda que estas mesmas crianças têm consciência que esta escolha pela merenda comprada não é saudável do ponto de vista nutricional. A valoração não seria pela característica nutricional, mas sim pelo valor simbólico de comprar. Uma criança, por exemplo, exprime como se sentem as crianças que compram merenda em seu intervalo: “eles se sentem os<sup>244</sup> melhores por comprar lá fora”.

Além desse aspecto explicitado acima, um outro apontado pelas crianças como fator de interferência na adesão diária ao programa foi o cardápio. Neste quadro, a adesão pode oscilar conforme as preferências pessoais e, assim, aumentando ou diminuindo o número de crianças na oferta da merenda em determinados dias.

Além desses fatores, há um achado muito interessante sobre as percepções da merenda, que, de forma direta, afetam a adesão ou não ao programa, no qual este estudo se aproxima. Analisando as falas das entrevistas dos alunos notou-se que o fator de possível relação entre a adesão e a vulnerabilidade perpassa os sujeitos entrevistados. Alguns alunos relataram que muitas vezes não merendaram por “sentirem vergonha”. Quando questionados a respeito do que os trazia a esta sensação, disseram: “as pessoas iam pensar que estou comendo aqui na escola porque não tenho comida em casa”.

Esta fala recorrente em alguns alunos, parece poder ser lida de forma a entendê-la como uma representação social “complexa e necessariamente inscrita dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’” (MOSCOVICI, 2011, p. 216). Isto porque, como mencionado anteriormente, a trajetória histórica da merenda escolar se mostrou frequentemente preocupada com os alunos carentes, apesar destes alunos somente vivenciarem o novo perfil do PNAE.

Mas um fato instigante se evidenciou quando estas mesmas crianças apontaram que este sentimento de vergonha poder ter sido dissipado ao entrarem para um grupo no qual não havia esta visão sobre a adesão ao programa: “quando começamos a andar juntas eu vi que não precisava ter vergonha. Merendar era um direito meu.” Desta maneira podemos en-

---

<sup>244</sup> Optou-se pelo grifo para refletir a ênfase dada pela aluna ao falar o artigo.

tender que, como nos propõe Pierre Bourdieu (1992, p. 212) citando e complementando a ideia de Kurt Lewin, a “realidade não é absoluta. Ela difere de acordo com o grupo a que o indivíduo pertence”.

A identificação dos significados que a merenda escolar tem para os alunos segue como uma mola-mestra para a instigante tarefa de tentar ler as representações que a alimentação oferecida na escola pode ter frente à sociedade. A intenção da pesquisa é entender e poder partilhar tais sentimentos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. Alimentação escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 67, jul./set. 1995. Disponível em:

<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1003/906>>.

\_\_\_\_\_. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 67, jul./set. 1995. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1002/905>>.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>>.

BEZERRA, J. A. B. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da política de alimentação escolar no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *Biografias, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais*. Fortaleza: UFC, 2003.

\_\_\_\_\_. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

BRASIL. *Lei nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em:

<<http://www.fn.de.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 27-02-2012.

CALDAS, E. L., ÁVILA, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 148, p. 77-84, 2013. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19902/11578>>.

CECCIM, R. B. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. *Em aberto: merenda escolar*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1995.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, C.S. (org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LE GOFF, J. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição, *Estudos avançados* 9 (23), 1995, texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.p.87-107.

STEFANINI, M. L. R. *Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças*. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.